



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| ☐ Ambiente e Sustentabilidade | ☐ Crítica, Documentação e Reflexão | ☐ Espaço Público e Cidadania |
| ☒ Habitação e Direito à Cidade | ☐ Infraestrutura e Mobilidade | ☐ Novos processos e novas tecnologias |
| ☐ Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

O direito à cidade pela experiência do projeto “Nova Esperança – Meio Ambiente Urbano”

Right to the city from the project experience “Nova Esperança – Urban Environment”

El derecho a la ciudad por la experiencia del proyecto “Nova Esperança - Medio Ambiente Urbano”

BORGES, Igor Alves (1);

ALONSO, Rafaela Costa (2);

ROCHA, Heliana Faria Mettig (3)

(1) Urbanista, Residente, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA, Brasil; email: urb.borges@gmail.com

(2) Arquiteta e Urbanista, Residente, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA, Brasil; email: alonso.rafaela@gmail.com

(3) Professora Mestre e Doutoranda, PPGAU, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA, Brasil; email: helianamettig@ufba.br

O direito à cidade pela experiência do projeto “Nova Esperança – Meio Ambiente Urbano”

Right to the city from the project experience “Nova Esperança – Urban Environment”

El derecho a la ciudad por la experiencia del proyecto “Nova Esperança - Medio Ambiente Urbano”

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar o projeto de assistência técnica que está sendo desenvolvido, enquanto etapa de plano de trabalho com a comunidade de Nova Esperança, na cidade de Salvador, como atividade de uma das equipes de profissionais da 1ª turma da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia. Por tratar-se de uma comunidade vizinha à Represa de Ipitanga, a proposta é trabalhar questões ambientais que se refletem diretamente no direito à moradia e à cidade. A hipótese do trabalho busca relacionar a questão ambiental à questão urbana, considerando as dimensões de resiliência comunitária, entendida como a capacidade de suportar choques e tensões sem perturbações significativas, nas diversas vertentes que envolvem a autogestão nos processos de ocupação urbana e a gestão sustentável de águas. Para tanto, a metodologia privilegia como eixo condutor a educação ambiental para o direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Residência, assistência técnica, resiliência comunitária, educação ambiental

ABSTRACT

The article aims to present the community project proposal involving the community of Nova Esperança, in the city of Salvador. The proposal has been created by a group of architects and urban planners from the 1st class of the graduate program - Architecture, Urban Planning and Engineering Residency - from the Federal University of Bahia. The community of Nova Esperança is located on Ipitanga Dam's shore, which brings the opportunity to work with environmental issues that are directly reflected in the human right to adequate housing and right to the city. The project hypothesis seeks to relate environmental issues to the urban issue considering the dimensions of community resilience, which is understood as the ability to withstand shocks and stresses without significant disruption in the various aspects involving process of self-management in urban occupation and sustainable water management. Facing the interactions between the community and the environment, the methodology focuses on the environmental education as the central meaning to achieve the right to the city.

KEY-WORDS: Residency, community project, community resilience, environmental education

RESUMEN

El artículo tiene como meta presentar el proyecto de asistencia técnica que está siendo desarrollado con la comunidad de Nova Esperança, en la ciudad de Salvador, como una actividad de uno de los equipos de profesionales de la 1ª clase de la “Residencia en Arquitectura, Urbanismo e Ingeniería” de la Universidad Federal de Bahia. Siendo una comunidad vecina de la represa de Ipitanga, el trabajo propuesto es que las cuestiones ambientales se reflejan directamente en el derecho a la vivienda y a la ciudad. La hipótesis de este trabajo se trata de relacionar las cuestiones ambientales a la cuestión urbana, teniendo en cuenta las dimensiones de la resiliencia comunitaria, entendida como la capacidad de resistir a los choques y tensiones sin interrupción significativa, los diferentes aspectos relacionados con los procesos de autogestión de la ocupación urbana y la gestión sostenible del agua. Para ello, la metodología favorece la educación ambiental como eje condutor para el derecho a la ciudad.

PALABRAS-CLAVE: Residencia, asistencia técnica, resiliencia comunitaria, educación ambiental

1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar um projeto em andamento de assistência técnica na comunidade de Nova Esperança, em Salvador, pela equipe de residentes da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (AU+E) da Universidade Federal da Bahia. O texto relata a experiência da Residência AU+E, a idealização do projeto, a construção do plano de trabalho com a proposta metodológica e as primeiras aproximações e ações desta iniciativa.

O curso, como primeira iniciativa do Brasil para a área de arquitetura, urbanismo e engenharia, está em sua primeira turma, validando a metodologia com a contribuição de seus residentes. A proposta da Residência AU+E é a elaboração participativa de projetos de interesse social, com vistas a ampliar cidadania e acesso a recursos públicos para melhor condição de moradia e cidade, através da capacitação profissional e cidadã como atividade integrada de ensino, pesquisa e extensão, de forma participativa e pluridisciplinar.

Como critério de aprovação dos residentes em AU+E, o curso demanda, além do período de aulas teóricas, um período prático em contato direto com a comunidade, para elaboração de projetos de assistência técnica, que devem ser executados ao longo de dois semestres. Nesta etapa os residentes elaboram um plano de trabalho, detalhando a abrangência territorial, proposta, metodologias e cronograma. O produto final da Residência AU+E deve ser um projeto individual de assistência técnica de interesse social.

O propósito da Residência AU+E é contribuir para pôr em prática a Lei da Assistência Técnica nº11. 888/2008¹, que versa sobre a Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social, buscando estabelecer uma articulação entre a universidade, gestão pública e sociedade civil.

O plano de trabalho apresentado para a comunidade de Nova Esperança tem como objetivo principal oferecer assistência técnica especializada e gratuita à comunidade para projetos de auto-gestão com foco na gestão sustentável das águas, o que atravessa diversas dimensões, como a gestão de resíduos, saneamento, agricultura urbana, entre outras. O viés metodológico adotado pelo grupo foi a educação ambiental para o direito à cidade, como elemento estruturador da assistência técnica.

A justificativa para a escolha da área partiu do interesse em perceber as possíveis interações de auto-gestão da comunidade e o ambiente urbano em proximidade com grandes reservas naturais e o quanto são resilientes² ou não nesse processo, conforme é o caso de Nova Esperança, junto à Área de Proteção Ambiental Joanes Ipitanga.

A escolha do local pela equipe de residentes³ também partiu de uma observação dos processos contemporâneos de urbanização na cidade de Salvador, como expansão das

¹ Esta Lei assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal.

² O conceito de resiliência tem origem no campo da Física como propriedade de um corpo de recuperar a sua forma original após sofrer choque ou deformação. Apropriado pelas ciências sociais, o conceito de resiliência urbana trata da capacidade de uma cidade suportar impactos e crises externas, sem perturbação significativa, readaptando-se. Entende-se como resiliência comunitária a capacidade desta superar ou de se recuperar de adversidades, através de formas efetivas de lidar com os desafios que se apresentam. (ROCHA, 2013: p.3).

³ Formada por três arquitetos (Rafaela Costa Alonso, Vagner Damasceno e Ana Claudia Balani) e um urbanista (Igor Alves Borges), sob orientação das professoras Angela Maria Gordilho Souza (coordenadora da Residência AU+E) e Heliana Faria Mettig Rocha (coordenadora da disciplina de Planejamento e Projeto da Residência).

ocupações em áreas peri-urbanas, altos investimentos em estruturas viárias, contingente previsto para implantação de habitações de interesse social e preocupação com a preservação ambiental da cidade.

A hipótese que norteia do plano de trabalho e os projetos subsequentes é estritamente vinculada à proposta da Residência AU+E e se relacionada à questão de como a assistência técnica pode desenvolver de forma participativa ações de educação ambiental resilientes a essa comunidade específica para potencializar a dimensão do direito à cidade, preconizado por Henri Lefebvre (1991).

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A Represa do Ipitanga, foco do trabalho, está localizada na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e faz parte de duas Unidades de Conservação, a APA Joanes Ipitanga⁴ e o Parque Metropolitano do Ipitanga⁵. A APA Joanes-Ipitanga possui cobertura vegetal característica do bioma da Mata Atlântica composta por vegetação de restinga, remanescentes de vegetação ombrófila e manguezais (SOUZA, 2009). O Parque Metropolitano do Ipitanga, inserido nesta APA, apresenta um expressivo índice de cobertura vegetal.

O manancial do Ipitanga integra a maior bacia no Município de Salvador, tanto em volume quanto em superfície, sendo responsável por grande parte do abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador. Segundo SANTOS et al (2010, p. 311) esta bacia possui três barragens, com uso para abastecimento humano, operadas pela Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA).

Apesar do sistema hídrico do Ipitanga estar situado em uma APA, este possui ocupações de usos variados, como industriais, residenciais, de saneamento (Aterro Sanitário Metropolitano), de extração mineral (Pedreiras Aratu e Carangi) e agrícola, além de equipamentos como a Central de Abastecimento da Bahia (CEASA-BA) e um matadouro. Ao longo dos anos, diversas ocupações informais surgiram na localidade, que resultaram em assentamentos precários e em comunidades agrícolas peri-urbanas. A área continua em processo de ocupação pelo adensamento dos assentamentos existentes e pela implantação⁶ de empreendimentos habitacionais de interesse social.

Além de sua importância ambiental e no abastecimento de água da RMS, a área em estudo tem sido tratada como a última fronteira na expansão urbana de Salvador⁷, por sua localização estratégica e disponibilidade de terrenos. Atualmente, recebe grandes investimentos em empreendimentos habitacionais, industriais e na expansão do aterro sanitário.

⁴ A APA Joanes-Ipitanga foi instituída com uma área de 600.000ha pelo Decreto Estadual nº 7.596 (BAHIA, 1999).

⁵ O Parque Metropolitano do Ipitanga I foi instituído com uma área de aproximadamente 667ha pelo Decreto Estadual 32.915 (BAHIA, 1986).

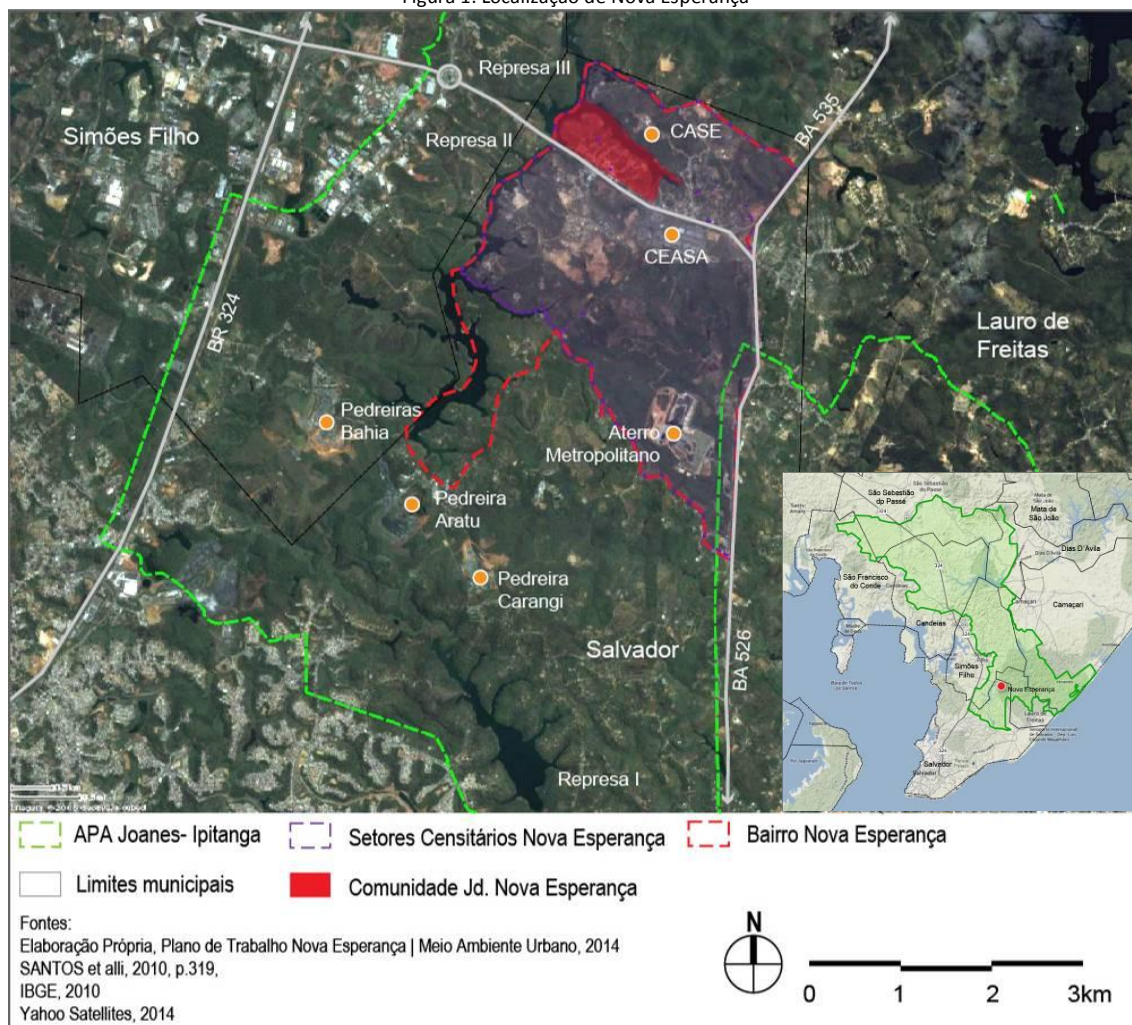
⁶ O Plano Estratégico de Salvador (SALVADOR, 2012) prevê cerca de 32.500 unidades para serem entregues até dezembro de 2016, sem indicar a localização dos empreendimentos, o que pode indicar um alto interesse imobiliário para a área.

⁷ SARNO, C. M. (2011). Manancial do Ipitanga, última fronteira na expansão urbana de Salvador: o urbano e o ambiental na perspectiva do direito à moradia. Salvador.

O aumento da demanda dos usos múltiplos dos recursos hídricos associado ao crescimento acelerado da cidade, à falta de planejamento adequado e a falta de abastecimento de água e saneamento para a população residente colocam a área na pauta deste projeto.

A Figura 1 ilustra a diversidade de usos e equipamentos no entorno de Nova Esperança.

Figura 1: Localização de Nova Esperança



Fonte: mapa elaborado pela equipe de residentes.

A abrangência territorial estudada consiste na comunidade Jardim Nova Esperança, inserida na área do bairro Nova Esperança. O surgimento do bairro ocorreu a partir da ocupação espontânea na Fazenda do Barro Duro, conforme dados do livro *"O caminho das águas em Salvador"* (SANTOS et al, 2010) e conversas com moradores.

A área foi declarada⁸ como pública para fins de desapropriação, de acordo com o Projeto de Regularização Fundiária, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR e pela Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia - CONDER, inicialmente pertencente a diversos proprietários.

⁸ Pelo Decreto nº 10.453 de 13 de setembro de 2007 pelo Governo do Estado da Bahia.

Os dados socioeconômicos, obtidos da pesquisa do IBGE em 2010, identificam uma população majoritariamente precarizada, em que 85,28% da população economicamente ativa tem rendimento de até 1 salário mínimo, sendo que mais da metade destes não possuem rendimento algum. No entanto, esta população está inserida em um espaço economicamente dinâmico, com diversas indústrias, centrais logísticas, produção agrícola e comércio atacadista. O que indica uma potencial inserção da população local no aproveitamento de mão de obra por estas atividades econômicas.

Segundo dados do IBGE (2010), a área concentra indicadores precários em infraestrutura, além dos piores resultados em saneamento básico e urbanização de Salvador, comparando-se com outras áreas da cidade. A área no entorno da Represa III possui a maior concentração de assentamentos precários do Sistema (DUARTE, 2007), com ocupações que apresentam condições precárias de saneamento⁹.

O bairro de Nova Esperança possui cerca de 1.998 famílias, sendo que 101 não possuem banheiro em casa. Dos que possuem banheiro, 86,8% dos domicílios não possuem ligação à rede geral de esgoto, e mesmo morando à beira da Represa que abastece a RMS, 30,1% dos domicílios não são abastecidos pela rede geral de água.

Até 2007, a região de Ipitanga era considerada como área rural. A partir do PPDU (SALVADOR, 2008) passou a ser considerada zona urbana, fato que estimulou o setor imobiliário a focar a região como vetor de expansão. Sendo assim, a conformação e infraestrutura local configuraram-se como defasadas em relação aos parâmetros adequados para uma zona urbana.

As diversas carências existentes, aliadas a importância de sua atual configuração (situação geográfica e existência de áreas livres) têm gerado diferentes tipos de intervenções na região. As próprias comunidades que ali residem interferem no ambiente construído multiplicando edificações que em sua maioria não se inserem nas premissas da cidade legal e nos parâmetros de preservação do ecossistema.

Durante visitas iniciais realizadas pela equipe à localidade que se reconhece como Jardim Nova Esperança, observou-se uma comunidade bem articulada com comunidades vizinhas, entidades civis e com os municípios vizinhos de Simões Filho e Lauro de Freitas. Além de uma certa organização da comunidade que através de ações coletivas (mobilização e autoconstrução) levaram a construção da igreja local, da sede da associação de bairro e do edifício onde atualmente funciona o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

3 METODOLOGIA DO PROJETO

O conceito do projeto parte do marco de que o meio ambiente é um importante elemento da questão urbana¹⁰, em que a água é fator indispensável para toda a sociedade. Com a evolução

⁹ Considera-se saneamento como a junção dos elementos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e drenagem urbana e gerenciamento de resíduos sólidos e coleta de lixo, conforme Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007). No entanto, os dados apresentados não apresentam informações sobre o manejo de águas pluviais e drenagem urbana, visto que foram coletados da tabela Domicílios_13, extraída do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁰ SARNO, C. M. (2011). Manancial do Ipitanga, última fronteira na expansão urbana de Salvador: o urbano e o ambiental na perspectiva do direito à moradia. Salvador.

da urbanização mundial, este recurso tem se tornado cada vez mais necessário e com processos de tratamento mais complexos, devido à indisponibilidade de recursos hídricos com qualidade. Preocupado com a garantia da qualidade e disponibilidade deste recurso natural, este projeto coloca a água como fator principal para o desenvolvimento resiliente da comunidade, estreitando a relação entre a questão urbana e a ambiental, o que leva à leitura do espaço como meio ambiente urbano.

O trabalho ficou dividido em duas etapas. A primeira etapa consiste na realização de um diagnóstico participativo, orientado pela equipe de assistência técnica, através de um programa de educação ambiental. Na segunda etapa, cada membro da equipe pretende atender a projetos específicos das demandas coletivas que, a princípio, podem ficar sob a responsabilidade da comunidade, ou seja, projetos que podem ser executados por meio de mutirões de autoconstrução ou programas educativos permanentes. Há ainda a possibilidade de que os projetos sejam viabilizados por outras instâncias governamentais, nesse caso, a conclusão do projeto pode vir acompanhada de um termo de referência.

A primeira etapa conta com uma previsão de oito semanas para sua realização, quando devem acontecer os processos de aproximação com a comunidade, através de lideranças e representações locais; mobilização social para a participação dos encontros; execução do programa de educação ambiental e das oficinas de diagnóstico participativo, utilizando algumas técnicas de metodologias integrativas, sob orientação dos professores tutores, co-tutores e consultores do curso. O detalhamento das ações da segunda etapa ainda não foi definido, por entender que se trata de um processo em construção e que as ações dependem da primeira etapa concluída. Porém, espera-se que nesta segunda etapa a elaboração dos projetos seja compartilhada com comunidade, a fim de possibilitar o engajamento e ajustes de percurso.

A etapa de diagnóstico participativo pretende conhecer os anseios da comunidade, a organização das redes sociais e as reais demandas da área. Porém, para garantir um levantamento mais consciente das necessidades do bairro, a equipe decidiu desenvolver um programa de educação ambiental para o direito à cidade, a partir da percepção do que já existe de resiliência comunitária, potencializando-a. O programa pretende subsidiar a população para seu reconhecimento enquanto atores do poder local, trazendo mais consciência na tomada de decisão sobre as reais demandas da comunidade e participação efetiva no desenvolvimento dos projetos de assistência técnica.

Sua concepção metodológica leva à ampliação da consciência socioambiental, no sentido de que no decorrer das quatro oficinas previstas, os participantes ampliem sua capacidade de reconhecimento territorial, considerando as relações entre as diferentes redes sociais, o meio ambiente local, o contexto regional em que estão inseridos e a responsabilidade sob o espaço onde vivem. A Tabela 1 apresenta as oficinas de educação ambiental para o direito à cidade.

Tabela 1: Proposta metodológica de educação ambiental.

Objetivo	Oficina	Objetivos específicos	Descrição dos objetivos	Metodologia	Resultados esperados
Percepção do meio ambiente	Oficina 01	Reconhecimento da importância ambiental de Ipitanga	Mapeamento participativo do ecossistema local e das relações desenvolvidas com a comunidade. Abranger o olhar para a inserção territorial da área.	Trilha pelo bairro, mapas mentais, Biomapa	Ampliação da valorização ecossistema local pela comunidade
	Oficina	Reconhecimento	Trabalhar a relevância das questões	Aula	Reflexões

	02	de questões ambientais relevantes	ambientais na manutenção da vida (ciclo de água, evaporação, infiltração e vegetação). Aplicar conceitos ao cotidiano local (microclima, escassez de água, alagamentos e gestão de resíduos)	interativa e Roda de Diálogo	entre os ciclos naturais e o cotidiano da comunidade
Diagnóstico ambiental	Oficina 03	Reconhecimento das problemáticas ambientais relativas a Nova Esperança	Estudo de casos de ecossistemas degradados que se relacionam à Nova Esperança (degradação de rios) e o conseqüente impacto sobre as comunidades. Relacionar com os problemas que estão em curso em Ipitanga.	Jogo com estudo de casos e mapeamento de problemas	Esquema do levantamento de problemas ambientais e das possíveis áreas de degradação.
	Oficina 04	Reconhecimento da necessidade e das potencialidades de trabalhar a resiliência local	Estudo de casos de intervenções bem sucedidas, assim como possibilidades de ações (horta, reaproveitamento de água, áreas públicas verdes, telhado verde, entre outros). Conscientizar que também é possível em Nova Esperança e levantar sugestões	Dinâmica de estudo de casos e World Café com mural de ideias	Idéias, soluções e estratégias para o enfrentamento dos problemas

Fonte: Elaborado pela equipe de residentes.

Seguindo o processo de percepção consciente do espaço e das co-responsabilidades, a ação de diagnóstico se dá de forma concomitante à educação ambiental, acompanhando um possível nivelamento entre os atores envolvidos. Parte-se de uma percepção espacial do ambiente físico, para o ambiente social e finalizando com a identificação de necessidades e indicação de intervenções com potencial de execução. Neste sentido, a Tabela 2 apresenta o conteúdo das oficinas de diagnóstico participativo.

Tabela 2: Proposta metodológica de diagnóstico participativo.

Objetivo	Oficina	Objetivos específicos	Descrição dos objetivos	Metodologia	Resultados esperados
Percepção do espaço	Oficina 01	Reconhecimento do território	Mapeamento das impressões da população com o ambiente natural e construído, as percepções sobre os "lugares", espaços públicos e privados, áreas mais e menos atrativos à comunidade	Trilha pelo bairro, mapas mentais, mapas sensoriais	Mapa de localização das impressões sobre o território
	Oficina 02	Reconhecimento das relações sociais	Reconhecimento das redes locais, organizações e lideranças formais e não formais, relações de vizinhança, grupos (religiosos, esportivos, culturais), esquematizando as relações que os grupos estabelecem entre si	Árvore das redes sociais, 8 dimensões da sustentabilidade	Esquema das redes sociais e suas relações
Diagnóstico participativo	Oficina 03	Diagnóstico das necessidades	Mapeamento colaborativo de identificação de precariedades, problemas, conflitos, degradação ambiental, de forma consciente sobre o que é de responsabilidade do estado e o que é de responsabilidade da comunidade	Jogo da cidade e mapas colaborativos	Necessidades do bairro
	Oficina 04	Diagnóstico das potencialidades - estratégias	Definição de estratégias, ideias e soluções para o enfrentamento dos problemas diagnósticos, que podem ser resolvidos com a mobilização local	Mural de ideias e oficina de co-criação	Idéias, soluções e estratégias de enfrentamento

Fonte: Elaborado pela equipe de residentes.

O resultado esperado com a realização das oficinas de diagnóstico participativo é a montagem de um relatório que contemple as necessidades e estratégias para enfrentamento dos problemas no bairro, construído de forma coletiva, possibilitando que durante o processo, os participantes vivenciem um aprendizado em planejamento participativo, conscientização ambiental e desenvolva a co-responsabilização pela gestão do território.

A estrutura da Residência tem dado o suporte metodológico e consultorias especializadas aos grupos de residentes no decorrer dos trabalhos, garantindo a constante revisão das atividades e suporte técnico nas tomadas de decisão pela comunidade e pelos residentes. Além de se qualificar como um espaço de intercâmbio de experiências, visto que há outras equipes de residentes em projetos de assistência técnica a outras comunidades.

Durante a elaboração da proposta metodológica de assistência técnica, a equipe realizou atividades de pesquisa e levantamento de dados, entrando em contato com os atores institucionais, como Conselho Gestor da APA, SEDUR, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, CONDER, Associação de Moradores de Nova Esperança e empresas de consultoria.

Até a finalização deste artigo, o projeto já estava na etapa inicial de pactuação com a comunidade, tendo agendado as primeiras oficinas de educação ambiental e diagnóstico participativo. Espera-se que até o final do primeiro semestre de 2014 o projeto entregue o produto do diagnóstico participativo e início das atividades de assistência técnica em projeto assistido pela comunidade, além de extrair outras observações sobre a experiência.

4 HIPÓTESE DO PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Residência AU+E é um curso de extensão em nível de especialização, em desenvolvimento no âmbito da Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, que trabalha na perspectiva de fomentar cidades mais justas e democráticas através da capacitação de profissionais e cidadãos capazes de desenvolver projetos de assistência técnica.

Propõe-se, com essa extensão da universidade, capacitar profissionais e cidadãos para viabilizar projetos inovadores de inserção urbana e inclusão social, aprendendo com a cidade, em um amplo e permanente diálogo que defina novos compromissos na construção coletiva dos espaços onde vivemos (GORDILHO-SOUZA, 2013, p.5).

A Residência surgiu no contexto de continuidade da experiência que a sociedade brasileira vive há três décadas pela democratização, que culminou na Lei Federal nº10.257, o Estatuto da Cidade (2001) e que agora é retomada pela possibilidade de um curso que une forças entre universidade, gestão pública e sociedade civil (GORDILHO-SOUZA, 2013, p.11) (ver website da RESIDÊNCIA AU+E).

Segundo Maricato (2011), “Não é por falta de leis que a maioria da população brasileira foi historicamente excluída da propriedade formal da terra, no campo ou na cidade, no Brasil.” Leis e decretos são importantes instrumentos de luta pelo direito à cidade e são marcos de vitórias de movimentos pela Reforma Urbana, contudo estão longe de assegurar conquistas reais.

A hipótese concebida é de que profissionais capacitados pela Residência AU+E sejam instrumentos de viabilização, no que se refere a ser uma ponte de ligação entre o direito assegurado por lei e a concretização de ações, sejam elas projetos de autoconstrução, melhorias habitacionais, empoderamento da comunidade, gestão participativa e desenvolvimento da economia local.

Dessa maneira, a perspectiva da equipe é assegurar a moradia como um direito humano¹¹ ao entender o conceito de moradia como aquele que extrapola os limites da casa para ser compreendido como a qualidade do ambiente onde se vive, conforme entendimento de Angela Gordilho-Souza

Inspirado nesses movimentos pela Reforma Urbana e nos princípios do direito à cidade, preconizados por Henri Lefebvre (1968), o Estatuto da Cidade vem acolher os anseios da sociedade civil na criação de instrumentos para o alcance de cidades mais inclusivas e pelo amplo acesso aos direitos urbanos. Para isso, incorpora-se o conceito de direito à moradia abrangendo não apenas a unidade habitacional, mas a sua integração ao ambiente urbano. (GORDILHO-SOUZA, 2013a, p.7)

Habitabilidade¹², disponibilidade de serviços, infraestrutura, equipamentos públicos e saneamento básico adequados são alguns dos parâmetros que norteiam a qualidade do ambiente.

Nesse contexto, é necessário articular a questão urbana à questão ambiental e tratar a cidade como meio ambiente urbano. Ao longo do século XX, esta necessidade de articulação entre ambas as questões começou a ser discutida em debates internacionais, debatida na ECO-92, que considera a qualidade de vida da população e a redução dos níveis de exclusão. Debates internacionais e nacionais se refletiram, através do Movimento pela Reforma Urbana, na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade de 2001, que aproxima a preocupação ambiental à preocupação com a política urbana.

Inserida neste contexto, a cidade de Salvador é marcada por graves problemas habitacionais e pela privação do direito à moradia, resultado das transformações espaciais decorrentes de dinâmicas do capital imobiliário e industrial brasileiro. Neste processo excludente, a população de renda mais baixa recorreu a processos de ocupação informal em diversas áreas da cidade. Muitas dessas ocupações estão inseridas em áreas de valor ambiental, e a relação entre as ocupações e o uso do solo, associado à precariedade da infraestrutura, comprometem o equilíbrio do ecossistema no qual se inserem.

A região de Ipitanga convive nesta realidade de exclusão e apropriação de área urbana de grande valor social e ambiental. É nesse contexto que a proposta do projeto de assistência técnica: “Nova Esperança – Meio Ambiente Urbano” é trabalhar questões ambientais que se refletem diretamente no direito à moradia e à cidade, buscando perceber e reforçar a resiliência comunitária, enquanto eixo condutor do programa de educação ambiental perante a necessidade de preservação do manancial do Ipitanga.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do conceito de resiliência urbana, explorado teoricamente por (ROCHA, 2013), enquanto capacidade de uma cidade suportar impactos e crises externas, readaptando-se sem perturbação significativa, neste projeto foi necessário aprofundar o conceito de resiliência comunitária, no conteúdo mais amplo do direito à moradia e à cidade (GORDILHO-SOUZA, 2013a). Para tanto, o trabalho empírico com a comunidade de Nova Esperança é essencial para

¹¹ De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948)

¹² Conceito extraído de (SALDANHA apud NOGUEIRA, GONSALES, & DURANTE, 2007) “a habitabilidade é um conjunto de condições físicas e não físicas que permitem a permanência humana em um lugar, sua sobrevivência e certo grau de gratificação de existência”

perceber o limite da possibilidade de resiliência e até que ponto a educação ambiental pode potencializar essa capacidade de se superar através de práticas de autogestão socioambiental e fortalecimento da economia local.

Nesse sentido, a equipe desenvolveu um diagrama da proposta de assistência técnica para ilustrar o propósito do trabalho junto à comunidade, na tentativa de esclarecer o papel dos residentes e minimizar a criação de expectativas em campo (ver Figura 2).

Figura 2: Proposta metodológica de educação ambiental.



Fonte: Elaborado pela equipe de residentes.

Até o momento, a resiliência comunitária, na comunidade de Nova Esperança, já é percebida desde a sua história de organização autogestionária para ocupação imediata da área, da mobilização em prol de objetivos coletivos como a preservação da área da escola até que fosse construída, de resistência perante a cobrança indevida de pagamento de impostos, da resolução de problemas através de recursos próprios e do mutirão de autoconstrução para primeira sede da associação de bairro, dentre outros. Estes acontecimentos demonstram a capacidade desta superar ou de se recuperar de adversidades, através de formas efetivas de lidar com os desafios que se apresentam.

Esta percepção prévia ajuda a orientar a próxima etapa de oficinas de educação ambiental no sentido de promover uma troca de saberes com a comunidade, pelo reconhecimento de sua capacidade intrínseca de mobilidade que pode ser estimulada.

Enfim, é importante reconhecer que o curso da Residência em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade (Residência AU+E) verdadeiramente teve o papel de articulação entre a universidade, gestão pública e sociedade civil, promovendo as possibilidades de encontro necessárias para essa realização.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei 10.257. *Estatuto das Cidades*. 2001
- BRASIL. Lei 11.445. *Política Nacional de Saneamento Básico*. 2007
- BRASIL. Lei 11.888. *Lei da Assistência Técnica Pública*. 2008
- DUARTE, A. J. Requalificação Urbana do Jardim Nova Esperança - Reabilitação de Mata Ciliar - Manancial Ipitanga III. EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento. 2007
- GORDILHO-SOUZA, A. *Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: Avanços Institucionais*. In: 6º. *PROJETAR*. Salvador. 2013
- GORDILHO-SOUZA, A. Os Desafios do Habitar na Metrópole Atual - Privatização seletiva e exclusividade na expansão urbana de Salvador. In: H. e. GAMA, *A Urbanização de Salvador em Três Tempos: Colônia, Império e República*. Salvador: IGHBA. 2011
- GORDILHO-SOUZA, A. Pelo Direito à Cidade. *Jornal A Tarde*, pp. A2-Opinião. 2013
- GORDILHO-SOUZA, A. Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; apresentada ao PPGAU-FAUFBA. 2011
- IBGE, I. B. Censo Demográfico Brasileiro. 2010
- LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Editora Moraes LTDA. 1991
- MARICATO, E. O Impasse da Política Urbana no Brasil. São Paulo: Editora Vozes. 2011
- NOGUEIRA, T. B., GONSALES, C. H., & DURANTE, J. HABITABILIDADE URBANA: O CIDADÃO E SUA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO. 2007
- ONU, O. d. (10 de Dezembro de 1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 30 de março de 2014
- RESIDÊNCIA_AU+E. (s.d.). *Site Residência Arquitetura, Urbanismo e Engenharia*. Disponível em <http://residencia-ae-ufba.blogspot.com.br/>. Acesso em 30 de março de 2014
- ROCHA, H. F. Cidades em transição e outros ideários urbanos: novas utopias urbanísticas? In: SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA – URBA13. Salvador: Anais... Disponível em: <http://urbba13.blogspot.com.br/p/trabalhos-completos.html> Acesso em: <30 de março de 2014>. 2013
- SALVADOR. PDDU. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano*. 2008
- SALVADOR. Plano Estratégico da Prefeitura Municipal de Salvador 2012-2016. 2012
- SANTOS, E., PINHO, J. A., MORAES, L. R., & FISCHER, T. *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado da Bahia. 2010
- SARNO, C. M. *Manancial do Ipitanga, última fronteira na expansão urbana de Salvador: o urbano e o ambiental na perspectiva do direito à moradia*. Salvador. 2011
- SOUZA, G. B. Diagnóstico socioambiental participativo em mananciais de abastecimento da região metropolitana de Salvador: O olhar do conselho gestor da área de proteção ambiental Joanes-Ipitanga. 2009